

MARCHA DAS MARGARIDAS 2011

PAUTA INTERNA

A MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 tem sua plataforma de luta com o lema ***Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade***, o que significa que as mulheres trabalhadoras rurais do movimento sindical reafirmam o seu compromisso com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com o entendimento de que não há desenvolvimento se perpetuam as desigualdades de gênero e as mulheres permanecem vítimas de diversos atos de discriminação e violência, inclusive de caráter político e de assédio moral e sexual.

Um país com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres é possível, se as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta forem devidamente reconhecidas e respeitadas em seus direitos civis, sociais e políticos. Para tanto é preciso que as mulheres estejam efetivamente ocupando os espaços de poder e representação política, condição fundamental para fazer avançar a democracia e superar as desigualdades de gênero. Não é possível avançar a democracia, construir uma nação soberana, justa e solidária, enquanto atos de violência forem praticados contra as mulheres, enquanto persistir o silêncio e a impunidade sob a cultura patriarcal e machista.

O MSTTR que promove a Marcha das Margaridas precisa ser coerente e dar o exemplo. É inadmissível que em 2011, cerca de três décadas de organização das mulheres no MSTTR, mais de uma década da aprovação da cota de no mínimo 30% de mulheres na direção, com a realização de quatro Marchas das Margaridas, e com todo o reconhecimento social conquistado pelas trabalhadoras rurais, ainda sejam registradas resistência à aplicação das cotas de participação e sejam cometidos atos de desrespeito e de violência contra as trabalhadoras rurais em sindicatos, federações e em ações e eventos do movimento sindical.

É preciso investir esforços para traduzir em práticas concretas o objetivo maior de construir um movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, verdadeiramente democrático, e o compromisso de superar a cultura dominante que discrimina e violenta mulheres e jovens.

Que a ampla participação dos companheiros na Marcha das Margaridas possa ter como consequência a adoção e o cumprimento pelos sindicatos, federações e Contag das seguintes proposições, sendo várias são deliberações de Congressos e compromissos do MSTTR, mas que precisam ser exemplarmente cumpridas.

1. Fazer cumprir as deliberações dos Congressos do MSTTR, principalmente no que diz respeito à adoção da cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias de deliberação do MSTTR, e da cota de 50% de mulheres nas atividades de formação desenvolvidas pelo MSTTR.
2. Efetivar, acompanhar e monitorar a Política de Cotas de Mulheres em todas as instâncias do MSTTR.
3. Garantir a paridade entre homens e mulheres em todas as instâncias do MSTTR bem como nas atividades de formação do MSTTR;
4. Assegurar condições de trabalho com autonomia em todas as secretarias como também igualdade no valor da gratificação paga para homens, mulheres e jovens independente do cargo que exerçam no MSTTR.
5. Não permitir a sobreposição de cargos e funções para dirigentes sindicais nem para uma secretaria (ex: jovens, mulheres, formação, 3ª idade ,etc.. numa mesma secretaria) e assegurar o respeito as deliberações congressuais sobre os princípios estatutários para sindicatos e federações.
6. Fortalecer, ampliar e qualificar as Comissões de Mulheres em todas as instâncias do MSTTR.
7. Estimular e fortalecer a participação das mulheres nos processos eleitorais do MSTTR e nas eleições partidárias, criando mecanismos de ação nas eleições sindicais para garantir a inclusão da participação das mulheres.

8. Efetivar a transversalidade de gênero em todas as secretarias das instâncias do MSTTR.
9. Integrar nos programas de formação, temáticas relacionadas às questões das mulheres trabalhadoras e as abordagens de gênero, raça, etnia e geração.
10. Garantir a formação política para as mulheres com viés feminista dialogando com a plataforma política das mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias do MSTTR.
11. Trabalhar formas de aumentar e qualificar a participação das mulheres no âmbito das políticas públicas e da política partidária, em razão de historicamente serem excluídas do processo, intencionalmente.
12. Trabalhar a dimensão de gênero com a juventude e as questões específicas das mulheres jovens.
13. Criar políticas e práticas de cuidados das crianças (Creches - nos espaços internos: CONTAG, FETAG'S E STTR'S) para os/as filhas/os de trabalhadoras rurais, para que as mulheres possam participar qualitativamente das atividades do MSTTR.
14. Combater todas as formas de discriminação e violência e assédio moral e sexual contra as mulheres dirigentes sindicais e investir na mudança da cultura predominante no MSTTR que não reconhece o valor político e social das trabalhadoras rurais e reproduz no cotidiano formas diferenciadas de discriminação, desrespeito e desvalorização das mulheres.
15. Trabalhar as dimensões de raça e etnia e definir políticas internas para o enfrentamento à opressão e discriminação de caráter racial e étnico.
16. Denunciar os atos de violência cometidos contra as mulheres nos sindicatos, associações, cooperativas, federações e locais de trabalho, e estimular as

mulheres a realizarem denúncias sempre que sofrerem algum tipo de violência.

17. Combater todas as formas de violência contra as mulheres trabalhadoras rurais dentro e fora do MSTTR , denunciar as ocorrências e tomar as providências cabíveis para coibir e punir os agressores.

18. Acionar a Comissão de Ética das Fetag's e Contag para analisar as denúncias de violação dos direitos das trabalhadoras rurais no MSTTR e qualquer outra ação que atente contra a integridade física, emocional e política das mulheres.

19. Garantir que os sindicatos assumam o combate à violência contra as mulheres como uma bandeira de luta do MSTTR e a defesa das mulheres vítimas de violência, independentemente de serem ou não sócias do STTR.

20. Criar espaços nos STTR's para o acolhimento às mulheres trabalhadoras rurais, quando vitimas de violência.

21. Organizar manifestações públicas para exigir a punição dos criminosos, nos casos de crimes contra as mulheres.

22. Garantir e fortalecer a participação das mulheres do MSTTR na luta pela criação dos conselhos municipais dos direitos da mulher , bem como na proposição de políticas de enfrentamento a violência.

